

HABEAS CORPUS Nº 538.871 - RJ (2019/0305140-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : JORGE DA SILVA NETO - RJ094691
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : RAPHAEL FERNANDES BALTOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RAPHAEL FERNANDES BALTOR apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Consta dos autos que o paciente foi condenado como incurso no art. 16 da Lei n. 10.826/2003 à pena de 3 anos de reclusão, a qual foi substituída por restritivas de direitos. Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, ao qual se deu provimento, para desclassificar a conduta para o tipo do art. 14 da mesma lei, com readequação da pena para 2 anos de reclusão.

No presente *mandamus*, a impetrante afirma, em síntese, que a punibilidade se encontra extinta pela prescrição da pretensão punitiva estatal, haja vista o decurso de mais de 4 anos entre a data do recebimento da denúncia, em 14/8/2013, e a data da prolação da sentença, em 22/1/2019.

A liminar foi deferida às e-STJ fls. 59/60 e o Ministério Público Federal se manifestou, às e-STJ fls. 70/73, pela concessão da ordem, nos seguintes termos:

HABEAS CORPUS. UTILIZAÇÃO INADEQUADA DO WRIT. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. PEDIDO NÃO EXAMINADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE DO HABEAS CORPUS. NÃO CONHECIMENTO. ULTRAPASSADOS OS ÓBICES, DEVE SER RECONHECIDO O TRANSCURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL ENTRE O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA E A PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO HABEAS CORPUS OU, SE CONHECIDO, PELA

CONCESSÃO DA ORDEM.

É o relatório. **Decido.**

O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do *habeas corpus*, passaram a restringir sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do *mandamus*, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer. Assim, de início, incabível o presente *habeas corpus* substitutivo do recurso próprio. Todavia, em homenagem ao princípio da ampla defesa, passa-se ao exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

No presente *mandamus*, o impetrante pretende, em síntese, o reconhecimento da extinção da punibilidade, em virtude da prescrição da pretensão punitiva estatal, haja vista o transcurso do prazo necessário entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória.

Conforme já explicitado na decisão liminar, com a readequação da pena pelo Tribunal de origem, para 2 anos de reclusão, o prazo prescricional passou a ser de 4 anos, nos termos do art. 109, inciso V, do Código Penal, lapso já ultrapassado entre os marcos interruptivos do recebimento da denúncia, em 14/8/2013, e da publicação da sentença condenatória, em 22/1/2019.

Nesse sentido:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO E PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. O curso da prescrição interrompe-se pela publicação da sentença

Superior Tribunal de Justiça

ou do acórdão condenatório recorríveis (art. 117, IV, do Código Penal). 2. A Corte Especial deste Tribunal Superior, no julgamento do AgRg no RE nos EDcl no REsp n. 1.301.820/RJ, de relatoria do Ministro Humberto Martins, pacificou o entendimento de que o acórdão confirmatório da condenação não constitui novo marco interruptivo da prescrição, ainda que modifique a pena fixada. 3. Na hipótese, a pena do réu, pelo crime previsto no art. 14 da Lei n. 10.826/2003, ficou estabelecida em 2 anos de reclusão, razão pela qual prescreve em 4 anos, conforme o inciso V do art. 109 do Código Penal. Assim, tendo a sentença sido proferida em plenário no dia 9/4/2015, está prescrita a pretensão punitiva estatal relativa a tal delito. 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1804778/PA, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 11/11/2019)

Ante o exposto, **não conheço** do *mandamus*. Porém, **concedo a ordem de ofício** para julgar extinta a punibilidade do paciente, com relação à Ação Penal n. 0037027-49.2013.8.19.0004, em virtude da prescrição da pretensão punitiva estatal.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator